

O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

PAIS, Carine de Fátima Dias¹

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

CAMARGO, Maria Emília Silveira Camargo²

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

O presente artigo visa analisar o papel do professor na inclusão do aluno com Síndrome de Down no ensino regular. Para tanto, são abordadas as características do sujeito com Síndrome de Down e como se pode conviver e promover a sua inclusão no ensino regular. A inclusão é um direito conferido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Declaração de Salamanca, instrumentos legais, que iniciaram avanços importantes na legislação educacional, inclusive quanto à necessidade da atuação eficaz e da formação continuada dos professores. Desta forma o objetivo geral é analisar como acontece a inclusão do aluno com Down dentro da perspectiva da postura docente. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica com coleta de materiais já publicados em base de dados como Capes, Google acadêmico e Scielo. Obteve-se como resultados que os avanços em relação à inclusão são significativos e que alunos com síndrome de Down estão sendo compreendidos e respeitados em seu tempo de aprender e com atenção às suas limitações, principalmente com a preocupação em oferecer a aprendizagem com várias estratégias e flexibilizações. Os docentes através de uma formação continuada e apoio de seus gestores são convidados a buscar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva. A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta, pois dá aos profissionais a possibilidade de repensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Palavras-Chave: Aluno, Escola, Educação inclusiva, Direito.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of the teacher in the inclusion of students with Down Syndrome in regular education. To this end, the characteristics of the subject with Down Syndrome and how to live with and promote their inclusion in regular education are addressed. Inclusion is a right granted by the Law of Directives and Bases of National Education (1996) and in international treaties ratified by Brazil, such as the Declaration of Salamanca, legal instruments that have initiated important advances in educational legislation, including the need for effective action and continuing education for teachers. In this way, the general objective is to analyze how the inclusion of the student with Down's disease happens from the perspective of the teacher's attitude. The methodology adopted is a bibliographic research with collection of materials already published in databases as Capes, Google Scholar and Scielo. The results obtained are that the advances in relation to inclusion are significant and that students with Down syndrome are being understood and respected in their learning time and with attention to their limitations, especially with the concern to offer learning with various strategies and

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

² Mestra em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pela Universidade Federal de São Carlos e Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

flexibility. The teachers through continuing education and support from their managers are invited to seek new attitudes and skills that allow them to problematize, understand and intervene in different situations that they face, in addition to assisting in the construction of an inclusive proposal, so that there are significant changes based on the possibilities and with a positive vision. Continuing education is a possibility for the construction of the new proposal, because it gives professionals the opportunity to rethink the educational act and analyze the teaching practice, in order to create spaces for collective reflection and meet the principle of accepting differences, valuing the other.

Key-words: Student, School, Inclusive Education, Law.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa como acontece a inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular sob a perspectiva do papel do professor. Desta maneira, convém compreender o surgimento e descoberta da síndrome, que aconteceu no século XIX, sendo que muitos pesquisadores se interessaram, pois foi o primeiro distúrbio que foi reconhecido pela humanidade. (WERNECK, 1995).

John Langdon Down foi o principal pesquisador sendo capaz de catalogar os principais fenótipos da pessoa com Down. Em suas palavras ele destaca o cabelo como sendo castanho e liso, o rosto achatado e largo, os olhos posicionados em linha oblíqua no rosto e um nariz pequeno. (PUESCHEL, 1998). Devido aos registros de pontos fundamentais e específicos, seu nome passou a denominar a síndrome.

Na escola estas características físicas são facilmente notadas, o que já coloca a criança com S.D como diferente, e por vezes, o preconceito acontece exatamente por causa do estereótipo, levando a um erro de pensar que são pessoas que não desenvolvem as competências e habilidades necessárias para a aprendizagem (OMOTE, 1990).

A inclusão da criança com Síndrome de Down - SD no âmbito do ensino regular é de grande importância para a educação, pois é se trata de direito garantido a todos por Lei, portanto, todos devem frequentar o espaço escolar com os mesmos direitos garantidos, e sem sofrer por qualquer discriminação, seja em razão de raça, religião ou qualquer tipo de necessidade especial. Inclusão pode ser considerada como a necessidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção, além de ser possível a interação com o outro, num ambiente onde todos participam, cada qual com suas diferenças (CAVALCANTE, 2005).

Assim, surge o papel do professor para com o aluno portador da Síndrome de Down, sendo sua competência aproximar a criança ao universo escolar, e não é apenas transmitir conhecimento, mas também criar condições para que o aprendizado ocorra. (MANTOAN, 2001).

A escola deve proporcionar para a criança portadora da Síndrome de Down, um local em que as diferenças devam ser atendidas e respeitadas por todos. Considerando que escola é um canal de mudanças, pode-se dizer que a inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos mais também de atitudes.

A expressão inclusão significa abranger, compreender, somar e é nisso que deve se pensar quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, trazendo-as para perto, dando se a elas o direito de ter as mesmas experiências educacionais, aceitando e compreendendo suas diferenças e necessidades, e aprendendo com elas.

A importância dessa discussão é essencial, pois a inclusão é um direito garantido por lei à todas as pessoas com algum tipo de deficiência e incluir as crianças deficientes nas escolas é, mais do que cumprir uma lei, é permitir que ela seja inserida na sociedade, onde ela precisará conviver e assim, não a deixar alienada e despreparada para uma realidade que também faz parte de sua vida (MAZZOTA, 2005).

Diante deste contexto, este trabalho tem como problemática a seguinte questão: Como os docentes estão sendo preparados para trabalhar com a inclusão e como entendem a diversidade numa sala de aula, pensando em sua prática pedagógica?

Para responder ao problema de pesquisa foi definido como Objetivo Geral: analisar como acontece a inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular sob a perspectiva do papel do professor.

E para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

1. Analisar o quanto a formação e a aquisição de conhecimentos são essenciais para fundamentar as práticas pedagógicas na educação inclusiva
2. Compreender a inclusão como um processo que implicará na escola regular como um espaço para todos respeitando as diferenças.
3. Destacar a importância da formação continuada para o fazer pedagógico consoante com a educação inclusiva.

A realização do trabalho tem como justificativa a necessidade de se buscar compreender as condições peculiares para o processo de inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular e o papel fundamental do professor nessa jornada com grandes desafios.

O presente trabalho foi desenvolvido pela adoção da metodologia de pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do estudo da temática, com a consulta em livros e artigos científicos extraídos das bases de dados como Capes, Google Acadêmico e Scielo. Dentre os autores utilizados na pesquisa, se destacam os estudos de Mittler (2003), Mazzota (2005), Mantoan (2001), entre outros, as quais objetivaram encontrar as respostas e soluções para os problemas no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais e a importância do professor neste processo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Síndrome de Down e suas características

Para um maior entendimento do tema sobre a Inclusão dos portadores da Síndrome de Down, há uma necessidade de maiores esclarecimentos sobre o que vem ser essa síndrome. Trata-se de uma alteração genética, nas quais a pessoa apresentará algumas limitações, além de fenótipo diferente, mas que dá possibilidade de a pessoa ter uma vida dentro do que é considerado normal. (SCHWARTZAN, 1999).

A Síndrome de Down se apresenta como uma anomalia causada por alterações dos cromossomos, minúsculas estruturas onde está contido o código genético de cada pessoa e que controla e orienta a divisão das células, seu crescimento e função. As células humanas possuem ao todo 46 de cromossomos. O que acontece em relação aos portadores da Síndrome de Down, é que suas células possuem a presença de três cópias dos cromossomos 21 ao invés de duas como acontece com todos os outros seres humanos. Por esta razão é a Síndrome de Down é também, conhecida como trissomia do 21. Portanto os indivíduos com síndrome de Down possuem 47 cromossomos ao invés de 46. (MUSTACCHI e ROZONE, 1990).

De acordo com Schwartzan (1999, p.56), não é possível estabelecer um estereótipo comum a todas as pessoas com S.D, pois a alteração cromossômica, não exatamente influencia no comportamento e na inteligência. Portanto, não se pode traçar um perfil

identificador da pessoa com a síndrome.

A pessoa com Down apresenta uma limitação intelectual, pois conforme Cintra (2002, p.28), “a maioria dos indivíduos com SD possuem deficiência mental de leve (QI 50- 70) e moderado (QI 35-50)”. Assim conclui-se que a aprendizagem ocorre em outro ritmo.

Desde bebê é importante que a criança seja estimulada, que seja aceita e valorizada em suas conquistas diárias. A família nesta fase é a principal responsável pelo desenvolvimento, pois é o primeiro meio socializador em que ela está inserida. A qualidade de vida depende do envolvimento da família e de acompanhamento médico para indicar os melhores caminhos em busca da autonomia e aprendizagem (WERNECK, 1995).

No seu percurso natural a criança passará a frequentar outro meio socializador e por vezes, disciplinador, que é a escola, é neste contexto as características da síndrome de Down ficam mais aparentes e notadas pelos demais colegas. Neste interim existe a necessidade de falar sobre as diferenças, de envolver as crianças numa proposta inclusiva, e principalmente envolver a criança com S.D em programas integradores e individualizados que são considerados necessidades neste processo de integração na escola regular. (FONSECA, 1987)

O diagnóstico da Síndrome de Down pode ser realizado durante o pré-natal, por outro lado, quando o diagnóstico ocorre após o nascimento da criança, então parte-se inicialmente das características visíveis do recém-nascido. Como afirma Tolmie (1996, p.2): “O diagnóstico geralmente é realizado pelos achados fenótipos, ou melhor, pela aparência facial. De fato, é a associação de sinais discretos observados na face dos pacientes que permitem o diagnóstico, principalmente nos recém-nascidos. Porém, para não haver dúvidas, o diagnóstico define o cariótipo, através de um exame chamado cariógrama”.

É essencial conhecer as principais características da síndrome de Down para que se possa realizar um trabalho pedagógico eficiente em relação a aprendizagem, entendendo que esta aprendizagem acontecerá num ritmo mais lento e mais trabalhoso, porém o docente não deve se intimidar, pelo contrário, deverá olhar sobre a perspectiva da oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em formação continuada para bem atender esta clientela específica. (VOIVODIC, 2008).

Sobre as deficiências não se pode reduzir o entendimento para uma “visão deficitária da deficiência”, mas sim entender como uma diferença, pois conforme e Vygotsky (1993, p. 30), “uma criança cujo desenvolvimento é impedido por um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida do que seus pares, mas uma criança que se desenvolveu de

maneira diferente”.

Considerando o autor se compreende que todos devem ser integrados as práticas socioculturais, e sentirem-se socializados. Busca-se com isso a completude social, abandonando qualquer traço de uma psicologia separatista que já foi vivenciada nas escolas. (VYGOTSKY, 1993).

2.2. O Papel do Professor na Inclusão do Aluno com Síndrome de Down

Na escola regular a inclusão enfrentou e enfrenta muitas barreiras, sendo que para que se efetive em sua essência seja necessário considerar seis tipos de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. É de suma importância que exista um olhar criterioso para perceber se estes pontos estão sendo contemplados. (SASSAKI, 2009).

A Declaração de Salamanca (1994), é um marco para a inclusão, ao definir que todas as crianças com necessidades especiais têm direito a educação, assim conquistaram o direito de frequentar a escola regular encontrando nela uma pedagogia centrada em atender a criança em suas possibilidades, limitações e aspirações. Desta forma, o aluno com S.D tem direito ao convívio e às mesmas oportunidades de aprendizagem oferecidas aos outros, porém com adaptações. (UNESCO, 1994)

A educação inclusiva ganhou destaque no mundo, sendo uma ação social, cultural, pedagógica e política, iniciada em defesa dos direitos de todos os alunos, onde se ensina e aprende, sem qualquer discriminação. A criança que apresenta a síndrome de Down necessita interagir com outras crianças, realizando intercâmbios intelectuais, sociais e culturais e sentindo-se pertencente a um meio social. (MANTOAN, 2001).

A inclusão não diz respeito a garantir matrícula para as crianças com SD nas escolas regulares, mas sim, propor mudanças nas escolas, capacitando professores, adequando ambientes e dando acessibilidade. Todos são responsáveis, e o docente necessita mudar seus paradigmas de uma sala homogênea, para conceber a heterogeneidade e desta maneira aceitar suas responsabilidades quanto à aprendizagem de todas as crianças, fazendo com que haja uma nova reflexão e um novo olhar para todos. (MITTLER, 2003).

O mesmo autor destaca que métodos e atitudes diferenciadas contribuem para que a inclusão se efetive em esfera escolar e social. Considera-se que é um conjunto, de um lado as

metodologias que devem ser aplicadas com sucesso e as atitudes que falam por si mesmas, no sentido minimizar e mesmo acabar com situações carregadas de discriminação e preconceito. Mittler (2003, p. 182) destaca que: “são as crenças limitantes de que o professor não vai conseguir incluir o aluno que interferem na mudança de atitudes, são estas que devem ser revistas para que se adapte a atividade conforme cada aluno”.

A formação integral do aluno é meta da educação, desta maneira, é preciso reconhecer em todos os alunos, independente se apresentam necessidades educacionais especiais-NEE, os talentos e capacidades. A escola precisa mudar seus princípios para atender a todos, não com diferenciação, mas com carinho e respeito. (MANTOAN, 2001).

Para um trabalho pedagógico sólido o docente tem uma formação inicial, mas não deve estagnar diante deste conhecimento, sendo necessário que busque uma formação continuada que aprimore a qualidade de sua prática, principalmente voltada para a diversidade. Conforme Ramalho e Beltrán Núñez (2011):

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modifica [...] elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional. (RAMALHO; BELTRÁN NÚÑEZ, 2011, p. 73)

Percebe-se que uma nova geração de profissionais da educação e uma sociedade mais justa se faz por vontade pública e própria. Mas também é necessário que o sistema educacional assuma sua responsabilidade para promover as transformações necessárias na escola, sendo importante que os envolvidos tomem essa tarefa de pensar para si, levando em conta essas questões de forma reflexiva e coletiva. (PAULON, 2007)

A escola inclusiva deve estar atenta à diversidade e para isso é fundamental uma mudança de atitude de toda a comunidade educativa, principalmente dos professores que de alguma forma, estão ligados diretamente no processo do ensino/aprendizagem. Esta mudança inclui a definição de estratégias capazes de respeitar o desenvolvimento e o tempo de aprendizagem de cada aluno. (RUELA, 2000)

Na atuação com a inclusão, seja do aluno com S.D ou outra deficiência importa que o docente reconheça o direito de aprendizagem de todos os alunos, para isso deve dar oportunidades a todos, adaptando-as conforme suas condições. O professor pesquisador tem

mais subsídios para promover atividades instigantes e que trilhem o caminho no qual o educando possa ter facilitada a apreensão de determinado conteúdo, através de estratégias diferenciadas. (RUELA, 2000)

Ainscow (1997, p. 28) determinou seis itens que parecem ser fatores de mudança na escola:

1. Liderança eficaz, não só por parte do diretor, mas sim alargada a toda a escola;
2. Equipa de profissionais, alunos e comunidade devem estar envolvidos nas orientações e decisões da escola;
3. Trabalho cooperativo, ou seja, as planificações devem ser realizadas em colaboração;
4. Estratégias de coordenação;
5. Fomentar o trabalho de investigação e reflexão;
6. Valorizar toda a equipa de profissionais envolvidos no processo. (AINSCOW, 1997, p. 28)

O autor supracitado ainda afirma que é fundamental reestruturar a escola e preparar os educadores para conseguirem dar resposta às dificuldades educativas encontradas neste contexto da inclusão, cabendo a estes, ajustar o seu método de trabalho de acordo com as características e necessidades específicas de cada aluno, porque o resultado da educação inclusiva depende da capacidade de resposta dos educadores à diversidade na sala de aula. (AINSCOW, 1997).

A sala de aula apresenta uma diversidade, assim requer que o docente adote novas práticas pedagógicas, muitas advindas de sua formação inicial, outras de sua formação continuada e ainda outras que acontecem por conta de sua atualização constante através de pesquisas. O espaço em sala de aula, na escola e em seus entornos também deve ser considerado educativo. É importante o professor compreender que para uma criança com NEE é difícil ter liberdade de expressão se confinada sempre em um mesmo espaço, assim, as aulas podem e devem transcender as paredes da sala. O espaço deve ser apropriado conforme a faixa etária, ser organizado, ser ativo e abrir um leque de possibilidades educativas. (SOARES; FIGUEIREDO, 2007).

No ensino regular, a postura do professor é fundamental no sentido de ajudar a todos os alunos a encontrar as respostas, para isso ele precisa dispor de conhecimentos diferenciados que lhe permitam ensinar para crianças diferentes e com capacidades de assimilação diferentes. Importa também compreender que o nível de conhecimento prévio dos alunos é diferente e a organização do planejamento deve respeitar este nível. (COSTA, 2004).

No caso de alunos com S.D torna-se imprescindível conhecer a família, saber quais conhecimentos ela traz, quais intervenções precoces foi submetido, quais são suas principais dificuldades. E assim num trabalho conjunto com outros profissionais, o aluno seja trabalhado

em áreas como a linguagem, desenvolvimento das capacidades sensoriais, capacidades de associação, capacidades motoras e capacidades cognitivas. (CORREIA; GONÇALVES, 1993).

2.3. Formação Continuada dos professores frente à Educação Inclusiva

A formação continuada dos profissionais da educação para seu efetivo exercício e para a inclusão estão previstas na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas inclusivas. Entrementes permanecer apenas na formação inicial docente, não garante compreender em termos gerais, a necessidade da mudança de postura, pois o que sucede é a adoção de muita teoria e pouca prática, com currículos defasados, poucas simulações da prática pedagógica, sem proporcionar, uma capacitação necessária aos profissionais para exercer sua função. Destaca-se o estágio, mas a quantidade de horas não é suficiente para dar um panorama da sala com toda sua diversidade de alunos. (RODRIGUES, 2006).

A formação do professor deve assumir um papel que transcende o ensino e que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e que se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem podendo assim conviver com as diferenças e mudanças no mundo que não para de evoluir. (IMBERNÓN, 2006).

Quando o professor em sua formação inicial não absorve com clareza ou com a devida atenção sobre o processo de ensino-aprendizagem e suas práticas, corre o risco de ser mais inseguro em relação a efetivação do princípio inclusivo, pois adota práticas tecnicistas e mecanizadas que não funcionam e podem ter consequências graves no processo de ensino

aprendizagem. Para atenuar estas incertezas que todo iniciante pode ter, é essencial que o professor participe de programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. A formação do profissional da educação implica um processo de continuidade e precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino aprendizagem. O professor precisa ter ajuda, para refletir sobre a sua prática pedagógica, assim terá compreensão em suas crenças em relação ao processo e se tornara um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar sempre o ensino

oferecido pelos currículos, e aplicar com sucesso em sala (RODRIGUES, 2006). A educação inclusiva teve um grande avanço nos últimos tempos, tanto nas legislações, como nas práticas nas escolas. Mas ainda há muito por se fazer pois as políticas educacionais inclusivas em alguns aspectos ainda permanecem no papel, não se efetivando na prática. Importa saber que a criança com NEE precisa de um atendimento educacional especializado, mas na realidade muitas não possuem esquecendo-se que o principal foco é a adaptação da criança na escola, mas como será o ensino voltado para ela, de que forma vai ser a construção da escola que acolhe, agrega conhecimentos e valores morais, se existem protocolos que ainda não são realidade. (COSTA, 2012)

Segundo Prado e Freire (2001) Dentro de uma proposta inclusiva, o docente precisa estar preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade. Não deve prevalecer um modelo de sala ideal, na qual a aprendizagem ocorra linearmente, pois cada um aprende de uma forma. Cabe ao professor, construir formas de aprendizagens, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural. (PRADO; FREIRE, 2001).

Não basta ser um profissional comum, mas sim preparado para atuar na educação inclusiva, pois espera-se que estes estejam preparados para ensinar, mas também que sejam criativos, na forma de pensar e agir, para desenvolver atividades que estimulem e facilitem a aprendizagem do educando, a criatividade ganha uma importância extraordinária, pois é o principal engajador, para a se ter organização no trabalho pedagógico em nível institucional, como também para as práticas que vão ser desenvolvidas em salas de aula (VIEIRA; MARTINS, 2013).

Para uma educação inclusiva de qualidade, Mantoan (2001), postula que: “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa resenificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.”

O professor se torna o maior responsável pelo aluno, quando ele pode apresentar algum tipo de necessidade especial ou não, ou seja, atendendo todo e qualquer tipo de aluno, sem discriminação. Para que esse atendimento ocorra é importante que esse professor esteja devidamente capacitado e preparado de todas as maneiras, pedagógica, social e psicológica, para que o processo de inclusão aconteça da forma tranquila. Minetto (2008)

destaca que é importante que esse profissional esteja seguro da realidade social perante a educação inclusiva, a capacitação deve ser realizada com urgência, para que este possa aprender e compreender as diversas práticas pedagógicas, lembrando sempre que o professor deve ser a primeira ponte para mudanças, fazendo com que a aprendizagem aconteça.

As necessidades dos alunos não devem ser tratadas de forma generalizada, pois assim como os alunos considerados “normais”, os alunos com necessidades educacionais especiais também possuem suas particularidades, cada um tem o seu tempo de aprender e inteligências individuais. O profissional da educação numa perspectiva inclusiva deve estar atento, que muitas vezes um único método não é capaz de suprir as necessidades de todos, pois cada um traz sua deficiência. (MAZZOTA, 2005).

Embora a educação especial seja extremamente importante, ela atende somente os alunos especiais, não existindo a oportunidade de convivência com outras crianças ditas “normais”, que é o foco da educação inclusiva com a preocupação latente de que todos aprendam junto, cada um à sua maneira e com suas adaptações e seu ritmo. A transformação necessária e o real significado da inclusão colocado em prática são os empecilhos para que a educação especial deixe de existir, e todos possam aprender numa mesma escola. (MANTOAN, 2001).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo foi contemplado quando se analisou sob a luz teórica de vários autores que o aluno com síndrome de Down é incluído em práticas pedagógicas diferenciadas que respeitam o seu ritmo de aprendizagem que é mais lento que dos demais alunos. E que os professores numa perspectiva inclusiva buscam formação continuada para atender a demanda crescente de casos de inclusão que estão sendo recebidas pelas escolas.

A diversidade encontrada numa sala é atendida pelo docente quando ele se dedica em sua formação, quando se faz pesquisador, quando troca informações e busca atender seu aluno na sua necessidade. Muitos são os incentivos e inclusive a legislação que destaca essa necessidade exclusiva do professor, para efetivar uma educação de qualidade seja em qualquer contexto de aprendizagem.

Muitos avanços aconteceram nas escolas brasileiras em relação à inclusão. No caso de alunos com síndrome de Down, os professores devem conhecer como acontece sua

aprendizagem e motivá-los a aprender, valorizando as trocas com seus pares para conquista de sua autonomia e do conhecimento.

O papel do professor na inclusão do aluno com síndrome de Down é essencial, cabendo-lhe realizar um trabalho voltado ao direito da igualdade e de oportunidade, que exige metodologias e estratégias diferenciadas, de modo a oferecer a cada indivíduo o que melhor atenda às suas necessidades frente às suas características, interesses e habilidades.

A escola inclusiva antes de tudo deve ter como meta oferecer uma educação de qualidade, e para o aluno SD, deve potencializar as ações que façam com que se sinta um sujeito que faça a diferença na sociedade como os outros, se sinta importante e necessário no meio em que ele esteja inserido. Numa perspectiva inclusiva o aluno precisa ser desafiado, instigado a buscar formas de solução, a desenvolver suas potencialidades e não ter a sensação de reforço no sentimento de incapacidade e frustração.

Mudanças são necessárias, porém, a sociedade ainda precisa conscientizar-se, que ainda convive com práticas discriminatórias nos mais diversos sentidos, principalmente nos espaços educacionais, uma vez que pensar a inclusão é refletir nas conquistas e no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Caminhos para Escolas Inclusivas**. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo, vol. 20, nº 182, 2005.

CINTRA, Rosana Carla G. G. **Educação Especial x Dança: um diálogo possível**. Campo Grande: UCDB, 2002.

COSTA, M. A família com filhos com Necessidades Educativas Especiais. **Revista do**

Instituto Superior Politécnico de Viseu: Edições Millenium, 2004.

COSTA, V. A. **Políticas de Educação Especial e inclusão no estado do Rio de Janeiro:** formação de professores e organização de escola pública. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, v.34, n. 12, jan / jun, p. 141-157, 2012. Disponível:

<http://www.coinfo.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=835&path%5B%5D=68>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CORREIA, L.; GONÇALVES, C. **Planificação e programação em educação especial.** In L. Almeida (ed.), Capacitar a escola para o sucesso. Porto: Edípico, 1993.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** São Paulo: Faculdade de Educação: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S.. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MINETTO, M.de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª Ed.rev. atual. ampl. -Curitiba:Ibpex,2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** Contextos Sociais. Editora: Artmed, Porto Alegre, 2003.

MUSTACCHI, Zan.; ROZONE, G. **Síndrome de Down: Aspectos Clínicos e Odontológicos.** Gisele Rozone.São Paulo: CID, 1990.

OMOTE, S. Aparência e competência em Educação Especial. **Temas em Educação**

Especial. São Carlos: UFSCar, v.1, p.11-26, 1990.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão/** Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional.** In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Org.) aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2001.

PUESCHEL, Siegfried M. (org.). **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores.** 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. – (Série Educação Especial).

RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES, I. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 69 -96, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, David (org.) **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva.** São Paulo. Summus Editorial, 2006.

RUELA, A.O **Aluno Surdo na Escola Regular** – A Importância do Contexto Familiar e Escolar. Lisboa: Instituto Inovação Educacional. Ministério da Educação, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHWARTZAN, José S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

SOARES, Cristina Façanha e FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Por uma prática inclusiva na educação infantil.** Editora da Universidade Católica do Pernambuco, 2007.

TOLMIE, J.L. **Down syndrome and other autosomol trisomies.** Revisão bibliográfica,

1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VIEIRA, F.B.A.; MARTINS, L.A. R.. Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva. **Revista Brasileira Educação Especial.** Marília, v. 19, n. 2, Junho 2013.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down -** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003. WERNECK, Claudia. **Muito Prazer eu Existo.** 4ª ed. WVA, Rio de Janeiro, 1995.